

# ***Crónica de Despovoamento das Ilhas (e Outras Cartas de El-Rei), de Daniel de Sá: a voz dos velhos cronistas à luz do presente***

Mónica Serpa Cabral

Doutoranda – Universidade de Aveiro

**Palavras-chave:** conto de temática açoriana, crónica, História, ficção, sátira, humor.

**Keywords:** short story of Azorean subject, chronicle, history, fiction, satire, humour.

## **Discurso de invenção e de recriação**

Não é fácil determinar o género a que pertencem os textos de *Crónica do Despovoamento das Ilhas (e Outras Cartas de El-Rei)*, de Daniel de Sá. Contudo, o conto e a crónica são, indiscutivelmente, géneros presentes nesta obra, apesar de se confundirem e partilharem algumas das características essenciais. Trata-se de uma obra com traços particulares, visto que o autor baseou as suas histórias nos textos do cronista açoriano Gaspar Frutuoso e em documentos do *Arquivo dos Açores*, fontes históricas que ofereceram a matéria-prima para estas onze narrativas breves híbridas. Imitando, com grande facilidade, a linguagem quinhentista usada pelos antigos cronistas portugueses, Daniel de Sá escreve histórias com base em episódios que vão desde a fase do povoamento das ilhas até ao início do despovoamento, isto é, da emigração. O autor vai além do relato dos acontecimentos, inserindo-os no seu contexto histórico-cultural e social, descrevendo, com grande minúcia, os ambientes e o modo de vida das populações, e mostrando-nos, através da sátira, da ironia e do humor, a sua perspectiva dos acontecimentos. Assim, estamos perante um narrador opinativo, que, através de um discurso sentencioso, mostra preocupação com uma variedade de questões. Essas preocupações ético-históricas revestem-se de uma grande actualidade, ultrapassando os preconceitos das épocas retratadas.

A natureza híbrida destes textos assenta, principalmente, na ausência de clareza nos limites entre a ficção e a História. Na «Crónica Zero (Em que se trata de plágios e outras coincidências, das razões deste livro e dos desperdícios da escrita)», composta por considerações metaliterárias, Daniel de Sá, ao tentar classificar estes textos, afirma:

Chamar-lhe contos poderia ferir a sensibilidade dos literatos da ficção, que talvez vejam neles casos da História somente; chamar-lhe História poderia ofender os historiadores que têm razão em não me considerar da família. Opto por uma solução de compromisso, propondo a classificação destes textos como “crónicas históricas”. No entanto, eles continuarão a ser contos, servidos por uma sucessão de acontecimentos que bastariam para inspirar uns 30 romances; e são História, também, porque na sua maior parte se baseiam em documentos do ‘Arquivo dos Açores’ e nas ‘Saudades da Terra’ (Sá, 1995: 20).

Temos, então, narrativas híbridas, «contos-crónicas», que revelam ora um narrador clássico, com um sentido apurado da arte de contar e que privilegia a intriga, ora um cronista que vagueia pela História, relatando episódios do imaginário colectivo através de um olhar subjectivo, crítico e reflexivo. Essa oscilação é referida pelo próprio narrador em «Cavaleiro de Mula e Faca», um episódio caricato que retrata o estranho pedido de um cavaleiro ao rei. A hierarquia social, na altura, reflectia-se igualmente nos meios de transporte, visto que só os cavaleiros podiam andar a cavalo. Ora, após um pavoroso acidente em que é arrastado pelo seu cavalo, Lourenço Aires adquire um medo descomunal de voltar a montá-lo, atribuindo a forças ocultas a causa do sucedido. Por isso, numa carta ao rei, pede para, daí em diante, passar a andar de mula, pedido prontamente concedido. A perspectiva do narrador face aos acontecimentos permite-nos detectar um olhar irónico, sobretudo no final, sobre esta mudança de montada levada a cabo por um corajoso cavaleiro que tantas vezes tinha enfrentado mouros e que agora demonstrava medo do seu próprio cavalo: «(...) Lourenço Aires poderia continuar no uso de suas armas, não porque fosse homem de querer mal a alguém ou a quem alguém quisesse mal, mas porque assim convinha ao seu brilho de cavaleiro, ainda que havendo ficado a meio caminho entre descer de cavalo a burro» (1995: 60).

Como refere o narrador, para completar o relato desses eventos foi necessário recorrer à ficcionalização, que institui um discurso de invenção apoiado na realidade histórica: «Por tal se entende a ilustre fama deste Lourenço, de cuja história se passa a falar agora com a ajuda do imaginar, para compor os factos que nos expliquem o estranho despacho de Sua Alteza na carta dada em Évora» (1995: 57).

Nalguns textos, é visível a preocupação do narrador em alertar para esta oscilação entre facto e ficção, como em «Uma Dízima de Frangos e Pescado», onde, numa interpelação do leitor, afirma: «Mas previne-se o leitor de que não lhe vão ser ditas certezas, pois que nisto de quem muito lê e muito conta por fim já não sabe se conta

o que leu ou o que inventou...» (1995: 71). A impossibilidade de relatar a totalidade da verdade histórica inquieta o narrador e condiciona o seu discurso, apesar das frequentes citações e referências a Gaspar Frutuoso para autenticar o que diz. Aliás, nem esse cronista açoriano escapa à impossibilidade de narrar os acontecimentos históricos com total fidelidade:

Foi tão grande a dita revolta ou tão confusa como os tempos, que o Dr. Gaspar Frutuoso não nos soube contar com segurança o que nela aconteceu, pelo que não vale a pena repetir com certezas o que na dúvida nos deixou. Por isso o que a seguir se vai dizer, e que nem dele nem de nenhum outro se ouviu, fique para ser acreditado ou não por quem quiser conforme lhe apetercer mais a verdade. (1995: 146)

Um modo de colmatar esse cruzamento entre o real e o fictício é o cuidado do narrador para com a linguagem, visível no discurso metalinguístico de alguns textos<sup>1</sup>. Uma vez que não pode assegurar a verdade de tudo o que diz, o narrador pode, ao menos, orientar, da forma mais correcta, o modo como o diz. Além disso, uma das características da sua arte de contar é o recurso a disjuntivas, que abrem o texto a várias possibilidades e põem em causa a estabilidade, como exemplifica o seguinte excerto de «Dos Escravos Que Eram Gente»:

(...) em qualquer parte onde quase todos fossem cristãos romanos, havia sempre alguns que o não eram ou não pareciam sê-lo como deviam ou convinha aos poderosos que se julgasse não eram, pelo que encontrar-se aí gente a quem a Inquisição perseguia ou que fugia dela era coisa bem comum. (1995:138)

Apesar de identificarmos, claramente, nestes textos, elementos normalmente associados à crónica histórica, não podemos deixar de encontrar igualmente traços fundamentais do conto genuíno, embora com momentos ocasionais de pausas descritivas, reflexões éticas e morais e inúmeros pormenores históricos. Há histórias nesta obra que são verdadeiros contos, pela sua estrutura, pelo tratamento do tempo e do espaço, pelo número reduzido de personagens, pela acção linear e concentrada, pelo desenlace e pela «unidade de efeito» que a trama produz, defendida por Edgar Allan Poe, apesar do ritmo lento e, por vezes, digressivo, do discurso.

Além de «Cavaleiro de Mula ou Faca», o texto «Uma Dízima de Frangos e Pescado» reúne determinadas características que chegam a fazer dele, ou parte dele, conto ou,

<sup>1</sup> Por exemplo, em «Uma dízima de Frangos e Pescado», o narrador lança um aviso relativamente ao uso de advérbios: «(E repete-se o uso de advérbios não por redundância de mau gosto mas para que não fiquem dúvidas a tal respeito)» (1995: 63). Ainda no mesmo texto, numa interpelação do leitor, o narrador dá uma explicação relativa a uma citação que faz: «Dê-se por entendido que o leitor percebeu que a notória falta de pontuação, ou o arbitrário uso de maiúsculas, não se devem a um erro de cópia ou transcrição, e passemos adiante» (1995: 66).

pelo menos, esboço de conto. Neste texto, após uma série de considerações sobre conjunturas sociais da época (função do homem e da mulher na sociedade, casamento por conveniência, desvalorização do corpo em detrimento da alma), o narrador relata as dificuldades sentidas pelas freiras de Vila Franca, «padecentes de tamanhas misérias em fomes e doenças, por serem da primeira regra de Santa Clara e nada poderem ter de seu, a quem não acudia o povo com esmolas que bastassem» (1995: 65), e conta como elas pediram ajuda ao rei através de uma carta. Apercebendo-se de que se havia afastado do verdadeiro objectivo do texto, o narrador tece algumas considerações metaliterárias, tentando justificar o sucedido: «Se quem conta contos vai aumentando pontos, quem se mete nas malhas da história antiga vai-se enredando tanto que acaba por dificilmente sair delas. Assim nos fomos afastando da verdadeira finalidade deste, que era a de contar um facto muito assustador que aconteceu às freiras de Vila Franca» (1995: 71). Embora parta de um fundo real, o narrador tem como propósito essencial contar algo e fá-lo de tal modo que abre passagem para o contista, que concentra a acção do episódio em duas personagens colectivas – as freiras e as mulheres de Água de Pau –, que vivem uma situação de conflito, num tempo curto, num espaço restrito. Todos estes elementos conferem unidade à história, que é contada de forma linear.

Assim, esta curta história assenta numa tentativa de ataque dos corsários franceses a Vila Franca, que, no fundo, vem afirmar o poder feminino numa sociedade machista. Cobardes, os homens fogem ao ouvirem os tiros dos corsários, e as freiras, impossibilitadas de deixarem o claustro do convento, rezam para evitar a tragédia. As mulheres de Água de Pau, envergonhadas com o comportamento dos homens, mostram-se dispostas a “sacrificarem”, ainda que sem pesar seu, a sua honra, ou «não eram aqueles homens valentes por serem corsários e galantes por serem franceses?» ao contrário dos homens que fugiram. Temos, então, nesta história, unidade de acção, de espaço e de tempo, personagens minimamente caracterizadas, sem grande complexidade interior, pelo facto de o narrador incidir a atenção particularmente na acção. Do mesmo modo, a intenção moralizadora que caracteriza o episódio confere ao texto uma unidade de tom, procurando causar uma certa impressão junto do leitor. Note-se que apenas a parte do texto relativa a este episódio contém estas características normalmente associadas ao conto, sobretudo a unidade, visto que, na primeira parte, encontramos divagações, descrições e a narração de outros casos. Temos, então, um conto dentro de um texto mais alargado.

Esta situação repete-se no texto «Dos Escravos Que Eram Gente». Condenando severamente a Inquisição e a escravatura através de um discurso sentencioso e argumentativo, o narrador apresenta, ao longo do texto, histórias e exemplos que comprovem as suas convicções. Devido à sua estrutura, a última dessas histórias poderia muito bem funcionar como um conto independente do restante texto. Apesar de partir do real, muitas são as fendas, na história, preenchidas com recurso à imaginação. O

narrador reconhece, ao longo da narrativa, as dúvidas que possui quanto à verdade dos factos, recorrendo, novamente, ao uso de disjuntivas para apresentar as várias possibilidades:

Desconhece-se que linhagem tinha este, ou se alguma tinha embora se julgue que não, e, para não acrescentar pormenores sem fundamento à história, não se dirá, nem na dúvida sequer, que esse nome de luís lhe dera seu pai em homenagem ao infante filho do mesmo e glorioso rei que antes fora duque de Beja. (1995: 147)

Mais adiante, refere: «... o barco lançou âncora em águas do Reino, permitindo-se aqui mais uma dúvida, que é a de não se saber afirmar se o fez no Cais da Ribeira ou se em Lagos ou noutro sítio qualquer» (1995: 148).

A acção desta narrativa concentra-se em torno da amizade entre um senhor e o seu escravo, que troca de roupas com o primeiro para que ele não seja roubado. Contudo, o servo assume a identidade do seu dono, com o propósito de substituí-lo nas lutas no Norte de África, onde, possivelmente, poderia morrer. O senhor tenta desacreditá-lo perante os outros, mas não consegue, pois o escravo afirma que ele estava insano. Por conseguinte, o senhor é conduzido a um convento e daí a um hospício, de onde sairia só quando admitisse que era quem negava ser. Este episódio clarifica e reforça os princípios éticos defendidos pelo narrador, recuperando, deste modo, um dos traços essenciais do cânone contístico: a presença da moral. A crónica introduz-se neste texto não só através dos pormenores históricos mas também através do discurso pessoal, que deixa transparecer o posicionamento do narrador face ao real.

Praticamente todos os textos situam a acção em espaço açoriano, descrevendo a vivência das comunidades no tempo do povoamento. Em «O Senhor Acácio Damião Pacheco do Rego e as suas cartas provavelmente apócrifas», estão transcritas quatro cartas pertencentes a esse senhor, um «investigador histórico por conta própria» (1995: 31), com «nenhum sentido crítico ou tamanha incapacidade de investigação» (1995: 32). A quarta carta, de autenticidade dúbia, relata um jogo de canas destinado a inaugurar um marcador, que acaba por ter um final frustrado. O emissor da carta descreve o evento de forma crítica, acusando o organizador do evento de gastar demasiado dinheiro na construção do marcador. O jogo reflecte a tradicional rivalidade entre as ilhas de S. Miguel e Terceira e assume características de um acontecimento do século XX, visto que a descrição dos cavaleiros, sobretudo da equipa de S. Miguel, remete para o futebol:

Vinham os de S. Miguel vestidos de seda vermelha, todos iguais, e trazendo à frente um pendão com o nome de Santa Clara, que invocaram como sua protectora, e abaixo dele umas palavras em latim que assim eram: e pluribus unum, e o desenho de um bilhafre, que é a águia destas ilhas e se tem por ave muito nobre (...), e sobre as canas que uma mula trazia (...), vinha posto um bilhafre vivo que provocou no povo

grande contentamento e gritaria de aplausos. (1995: 47).

Enquanto que os cavaleiros de S. Miguel fazem lembrar a equipa do Santa Clara, devido à cor vermelha da roupa, à santa protectora, ao próprio símbolo (o milhafre, uma espécie de águia) e à expressão “et pluribus unum”, tal como o Benfica, os cavaleiros da Terceira lembram a equipa do Sporting, ao se vestirem de verde e terem como símbolo um leão. Sendo assim, o narrador revela uma perspectiva claramente irónica e crítica, descrevendo o modo ridículo como este acontecimento decorre, sem que o objectivo final seja atingido – o de inaugurar o marcador –, visto que o jogo termina num empate a zero.

Muitas foram as dificuldades sentidas pelos açorianos nos primeiros tempos. Além da incorrecta administração do dinheiro por parte dos governantes, retratada no episódio do jogo de canas, a disputa de autoridade afectou, igualmente, de forma negativa, as populações destas ilhas, como podemos verificar no texto «Os Justos e os Pecadores (Em que se fala da pavorosa subversão de Vila Franca e das causas verdadeiras dela e das supostas, e da longa disputa entre um ouvidor teimoso e um corregedor desobediente)». Como o título indica, este texto baseia-se numa demorada contenda entre dois membros das autoridades mandadas por Lisboa para as ilhas, que se agridem mutuamente e lançam excomunhões, afectando de tal modo o povo que as Câmaras de Ponta Delgada e de Vila Franca decidem unir-se e pedir ajuda ao rei para que pusesse um fim ao seu sofrimento. Outra causa das aflições sentidas pelo povo açoriano relaciona-se com os cataclismos da natureza, também referidos neste texto. De facto, os terremotos e os vulcões sempre atormentaram esta gente, que, na época retratada, viam essas catástrofes como castigos divinos. A explicação científica para estes fenómenos, fornecida por Gaspar Frutuoso, entre outros, também reflectia um certo grau de ignorância<sup>2</sup>. A visão do narrador mostra-se bastante actual e nega a origem divina desses cataclismos, explicando que é a consciência pesada dos homens que os leva a pensar dessa maneira:

E quantas vezes a terra já tremera em toda a ilha, quantos montes se haviam mudado de lugar para que ela fosse assentando até ser como então era, sem alma viva pensante que a habitasse e com isso sofresse o dano devido pelos seus pecados?!... Não será, pois, a justiça divina que é vingadora, mas a consciência dos homens que é pesada e lhes faz ver, em passos maus da existência, a mão de Deus a castigar com ira

<sup>2</sup> «O espírito ou vento, que se acumulara nas cavernas da segunda crosta da Terra, não ganhara força suficiente para abrir um buraco por onde saísse, o que seria um terremoto da primeira espécie, antes pôde apenas, não cabendo nas ditas cavernas e buscando lugar de uma banda para outra, fazer tremer o chão das ilhas para os lados, sacudindo de tal modo uns montes ao pé de Vila Franca que a sua mal sedimentada cobertura, feita de escórias vulcânicas, se abateu sobre ela. (...) E mais recordava Frutuoso que, se cresciam muito o salitre e o enxofre debaixo da terra, e se, soprados por alguma exalação ou vento, se acendiam, rebentavam então sobre a mesma terra como fogo de bombardas, deixando em cada pico uma enorme boca como marca de tal sucesso» (1995: 115).

em proporção à força do Seu poder infinito. (1995: 106)

As dificuldades de viver nos Açores eram de tal forma sentidas que muitas pessoas preferiam tentar a sua sorte noutras terras. Assim, no último texto, «Crónica do Despovoamento das Ilhas», também título desta obra, o narrador apresenta as causas dessa partida e narra uma viagem para o Brasil, com todos os seus perigos. Contrariamente ao passado, o presente nas ilhas revela-se extremamente adverso:

(...) já só havia fome onde antes abundara a fartura, e já só pobreza, de que apenas escapavam os privilegiados por títulos rendosos ou bem providos de cargos públicos, onde antes tudo parecia a consolação da Terra Prometida. E, se a tais penúrias se acrescentarem os cataclismos que de vez em quando apavoravam as gentes e lhes minguavam o pão que já tão pouco era, facilmente se compreenderá como a semelhança com a Terra Prometida se ia tornando numa Babilónia de servidão. (1995: 186)

A partida para a Terra de Vera Cruz era não só um meio de melhorar de vida mas também uma forma de assegurar a colonização dessas terras e, deste modo, protegê-las dos castelhanos. Após numerosos pormenores de carácter histórico, o narrador passa a contar a viagem, para o Brasil, de José Belizário e da sua família, que, juntamente com os restantes passageiros, enfrentam enormes adversidades. A primeira é, sem dúvida, a dor da partida: «Suspensa a âncora, o velame do navio foi procurando apanhar vento de feição, que o havia ligeiro de Sudoeste pelo que não seria grande a demora de se perder de vista a ilha que da vista não queria perder, olhando-a com a força que pôde, como se assim lhe fosse permitido levá-la toda nos olhos» (1995: 193). Depois, começam o enjoo, a fome, a sede, o calor, o frio, a doença, a lentidão do tempo, a tempestade e a hipótese de naufrágio, pelo que não é fácil sobreviver a essa tão conturbada viagem. O final da narrativa reveste-se de grande ironia, pois José Belizário, tendo sido escolhido para apresentar a sua opinião sobre a viagem e eventuais queixas face ao papel do capitão, diz que «tudo fora perfeito» (1995: 205). Todavia, o narrador dá-nos a conhecer a verdadeira opinião da personagem, apontando a má qualidade da comida; a recusa do cirurgião em tratar certos doentes, com medo do contágio; a recusa do capelão em ungir os mortos, também com o mesmo receio; a insensibilidade do capitão quando alguém morria e era lançado ao mar, lamentando, contudo, a morte de um animal que fornecia leite, carne ou ovos. Enfim, a travessia do Atlântico até ao Brasil é sentida como um inferno, levando um passageiro a considerar que as adversidades eram um castigo de Deus para os pobres ambiciosos. O facto é que as pessoas partem, perseguem um sonho e chegam a uma nova terra, cheia de possibilidades por explorar. Assim, apesar de se centrar no momento da travessia, esta é uma narrativa que aborda a temática da emigração, tão presente ao longo da História e da literatura dos Açores.

Nesta obra, Daniel de Sá soube aproveitar, de maneira profícua, as qualidades de dois géneros literários, o conto e a crónica, criando narrativas originais que misturam a realidade e a ficção, a objectividade e a subjectividade, o passado e o presente. A crónica introduz-se através da reconstituição dos episódios da História dos Açores, à maneira dos antigos cronistas portugueses, e através da crítica pessoal, enquanto que o conto se manifesta através do tratamento das categorias da narrativa, das investidas da ficção, do didactismo, da «unidade de efeito» de certas histórias.

## Espírito satírico

O papel do narrador e a sua visão do mundo condicionam profundamente o texto. A oscilação entre a narração dos acontecimentos e a crítica moral e social não só desperta a curiosidade do leitor, mas também o convida a reflectir sobre os mais diversos assuntos, indo além da temática meramente insular. Com efeito, o narrador conta as histórias com um olhar extremamente actual, o olhar de um verdadeiro «humanista», como refere Luiz António de Assis Brasil:

A destacar o profundo humanismo que informa os textos; mesmo o humor e a sátira estão a serviço da reafirmação de valores como a vida e a dignidade, o que não é pouco. Todas as suas personagens, plebeias ou “grandes”, parecem antes vítimas do que algozes, ainda que cometam eventuais torpezas. Não se trata de pieguice ingénua, o que tiraria a sua importância, mas de uma real compreensão do homem e as suas inseparáveis circunstâncias, e que, nos Açores em especial, são agudamente sentidas. (2003: 66)

A actualidade do olhar do narrador reside não só nos seus princípios e nas causas que defende, como a igualdade social, a justiça, a liberdade e a abolição da escravatura, o direito das mulheres de participar na governação política, mas também nos conhecimentos e informações que partilha com o leitor. Por exemplo, expõe os malefícios da máquina, que substitui o homem e aumenta a separação entre ricos e pobres, e faz referência ao cinema.

Através do narrador, Daniel de Sá mostra-nos uma visão crítica do mundo, assente na defesa de determinados valores, na condenação de certas atitudes e no ataque à convencionalidade. Apoiando-se na ironia, no humor, no burlesco e até na paródia, esta visão exprime-se, em inúmeros momentos, através de uma perspectiva satírica, que serve um duplo propósito: o de fazer rir e o de moralizar. Nestes textos, a sátira assenta numa crítica actual a uma sociedade de tempos passados, em que a desigualdade social, a escravatura, a perseguição religiosa, a hipocrisia, o machismo prevaleciam indiscriminadamente. Neste sentido, esta obra integra-se numa tradição satírica que per-



corre a literatura portuguesa, desde a época medieval, com as cantigas de escárnio e maldizer, passando pelo teatro de Gil Vicente, por Almeida Garrett, por Camilo Castelo Branco, por Eça de Queirós, por Fialho de Almeida e por Almada Negreiros e por tantos outros. Tal como estes escritores, Daniel de Sá pretende ridicularizar e expor certas atitudes e fá-lo de modo bastante original: imitando a linguagem quinhentista e escrevendo crónicas à maneira antiga, mas filtrando tudo com um olhar bastante reflexivo e actual. Por isso, não é despropositado afirmar que esta obra se aproxima da paródia, visto que é a recriação de um género antigo – a crónica histórica –, com sentido crítico insinuado.

Ainda que partilhem técnicas textuais e uma intenção crítica, a sátira e a paródia são bem distintas. Apesar de estar ligada inicialmente a uma forma específica, a partir do Romantismo a sátira passou a representar uma atitude crítica perante o mundo extraliterário. Assim, deixou de ser encontrada apenas num género literário fixo e passou a manifestar-se em diversos géneros. A principal diferença entre a sátira e a paródia reside no alvo da crítica: a primeira visa atingir elementos de carácter extratextual, enquanto que a segunda procura ridicularizar uma obra, um autor, um estilo, um género, mantendo-se, por isso, nos limites da literatura. Desta forma, a paródia pode ser definida como um recurso literário de carácter humorístico. Já a sátira tanto pode ser trágica como pode produzir um efeito cómico. Apesar de mimetizar o léxico e a sintaxe quinhentistas, Daniel de Sá não pretende ridicularizar essa linguagem ou um género em particular. Servindo-se da linguagem dos velhos cronistas, este autor pretende, sim, denunciar os discursos ideológico-culturais dominantes e censurar os vícios da sociedade da época, muitos dos quais ainda presentes na realidade actual. Portanto, esta obra parece aproximar-se mais da sátira do que da paródia, uma vez que a crítica tem como alvo principal elementos de natureza extratextual, como comportamentos, costumes, mentalidades.

O tom satírico presente em inúmeros momentos desta obra possui duas vertentes: uma moralizadora e uma humorística. A primeira está ligada à posição do narrador ao longo dos textos, que, geralmente, é de indignação, denúncia e correcção, servindo objectivos crítico-moralizadores. A segunda manifesta-se através do recurso a certas técnicas textuais, como o retrato caricatural, os jogos de palavras, a linguagem hiperbólica, os subentendidos, e outras, que instituem nos textos um humor satírico subtil e irónico. Recorde-se, por exemplo, a personagem principal de «Cavaleiro de Mula ou Faca», um nobre com medo de andar a cavalo que pede ao rei para passar a andar de mula, ilustrativa do recurso à técnica da diminuição, uma forma de hipérbole através da qual se reduz a grandeza de algo para tornar visível os seus aspectos negativos e criticáveis. Ou o jogo de canas, descrito na quarta carta de «O Senhor Acácio Damião e as suas cartas provavelmente apócrifas», onde os subentendidos remetem para ícones

actuais ligados ao futebol. A alusão ao cronista Gaspar Frutuoso com vista a fornecer uma explicação para o facto de se comparar nabos a pessoas dotadas de pouca inteligência provoca, no texto, um efeito humorístico e irónico:

Mas ainda, e por lembrar fenómenos vegetais, que mais tarde viriam a transferir-se, como se sabe, para o Entroncamento, refiram-se os nabos a que Frutuoso alude, e cresciam no termo de Ponta Delgada, chegando a ter o tamanho da cabeça de um homem, e outros mais, o que seria de grande proveito se não fossem ocós. Assim que, ao facto de Frutuoso comparar nabos ocós a cabeças de gente, sucedeu o nosso costume de comparar a nabos as cabeças mais vazias. (1995: 70)

Repare-se como o narrador passa do plano físico, isto é, da comparação dos tamanhos de um nabo e de uma cabeça humana, para o plano intelectual, aproximando nabos e pessoas tendo em conta o vazio de conteúdo.

O cómico de carácter também está patente nalguns textos desta obra, sobretudo em «Os Justos e os Pecadores», onde a figura de Frei Bartolomeu contraria o esperado modelo de virtude de um servo da Igreja, ao pecar por um tão evidente materialismo, visível no seguinte excerto de carácter hiperbólico: «Frei Bartolomeu, esquecendo no seu entusiasmo que os mortos, se vêem estas coisas decerto nada se importam com elas (...), quase desejava estar morto para que o monumento ficasse, enfim, perfeito, pois qualquer obra só assim está quando lhe é dado o uso que se lhe deve» (1995: 130). Este humor subtil encontra eco no final irónico desta história, visto que o sismo arrasador que ocorre em Vila Franca do Campo acaba por destruir esse túmulo, apesar de Frei Bartolomeu ter retirado a profecia dessa catástrofe dirigida aos habitantes daquela cidade.

A coragem e a fogosidade femininas são afirmadas de forma implicitamente humorística no texto «Uma Dizima de Frangos e Pescado». O cómico de situação marca presença no final da história, quando as valentes mulheres de Água de Pau oferecem a sua honra aos corsários como forma de proteger as castas freiras do convento, ao passo que os homens da vila fogem desalmadamente. O carácter humorístico desta situação reside no facto de essas mulheres se sacrificarem, «... ainda que, sem confissão declarada, entre si caladamente entendiam que tal perda não lhes seria desgosto» (1995:73), pois os corsários franceses eram corajosos e graciosos. O humor acentua-se, logo de seguida, na descrição da tentativa de desembarque dos piratas:

Finalmente, os corsários baixaram os escaleres, passando a lutar contra as vagas que rebentavam na costa, orlando-a dos maus presságios da espuma. As boas freiras, no convento, disfarçavam o seu santo pavor em orações ardentes para que os franceses não alcançassem terra, enquanto, mais abaixo, as voluntárias a salvadoras da sua honra rezavam em silêncio para que o mar amainasse. (1995: 73)

O humor satírico patente em vários momentos destes textos tende para a subtilidade e para a ironia, exigindo do leitor um maior esforço e destreza na decodificação da intenção crítico-moralizadora do narrador. Portanto, não encontramos uma comicidade explícita e manifesta, mas sim um humor velado e implícito que serve o espírito satírico

que atravessa a obra.

## Bibliografia

- BELTRÁN ALMERÍA, Luís (1997). «El cuento como género literario». In FRÖHLICHER, GUNTERT, Georges (eds.). *Teoría e Interpretación del Cuento*. Berlín: Peter Lang, 17-32.
- BRASIL, Luiz Antônio de Assis (2003). «Crónica do Despovoamento das Ilhas». In *Escritos Açorianos – A Viagem de Retorno: Tópicos Acerca da Narrativa Breve Açoreana Pós-25 de Abril*. Lisboa: Edições Salamandra, 63-67.
- CANDIDO, Antonio [et al.] (1992). *A Crónica: O Género, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.
- ERMIDA, Isabel (2003). *Humor, Linguagem e Narrativa: Para uma Análise do Discurso Literário Cómico*. Braga: Universidade do Minho.
- FREITAS, Vamberto (1998) «Crónica do Despovoamento das Ilhas de Daniel de Sá». In *Mar Cavado: Da Literatura Açoriana e de Outras Narrativas*. Lisboa: Edições Salamandra, 145-146.
- (1992). *O Imaginário dos Escritores Açorianos*. Lisboa: Edições Salamandra.
- MELO, João de (1978). *Antologia Panorâmica do Conto Açoriano – Séculos XIX e XX*. Lisboa: Editorial Vega.
- MORA, Carlos de Miguel (coord.) (2003). *Sátira, Paródia e Caricatura: da Antiguidade aos nossos dias*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- MORENO, Armando (1987). *Biologia do Conto*. Coimbra: Livraria Almedina.
- POLLARD, Arthur (1970). *Satire*. Londres e Nova Iorque: Methuen.
- SÁ, Daniel de (1995). *Crónica do Despovoamento das Ilhas (e Outras Cartas de El-Rei)*. Lisboa: Edições Salamandra.

**Resumo:** O objectivo deste estudo é proceder a uma reflexão sobre a obra *Crónica do Despovoamento das Ilhas (e Outras Cartas de El-Rei)*, de Daniel de Sá, que, devido à sua hibridez e complexidade genológica, nos permite abordar géneros tão variados como a crónica, o conto, a sátira e até a paródia. Apresentamos uma visão geral da obra, analisando, em particular, as fronteiras entre a História e a ficção, e o modo como se manifesta o humor satírico presente em vários textos.

**Abstract:** The purpose of this paper is to reflect upon the work of Daniel de Sá entitled *Crónica do Despovoamento das Ilhas (e Outras Cartas de El-Rei)*, which, due to its hybrid and complex nature, permits us to approach various literary genres such as the chronicle, the short story, the satire and even parody. We present an overview of this work, analyzing, particularly, the borders between History and fiction and the satiric humour present in several texts.